



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Reitoria
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
Diretoria de Administração e Infraestrutura
Coordenadoria de Administração
Setor de Contratos
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº: 56/2024
Processo nº: 23208.003516/2024-61

Pregão Eletrônico nº: 90018/2024
Processo nº: 23208.002045/2024-73

A Autarquia **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**, com sede à Avenida Professor Mário Werneck, nº 2.590, Bairro Buritis, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30.575-180, inscrita no **CNPJ sob o nº 10.626.896/0001-72**, neste ato representada pelo seu Reitor **Rafael Bastos Teixeira**, nomeado pelo Decreto de 11 de setembro de 2023, publicado no DOU de 12 de setembro de 2023, Seção 2, Edição nº 174, página 01, portador da Matrícula Funcional nº 1668286, considerando o julgamento da licitação **Pregão Eletrônico nº 90018/2024, processada sob o nº 23208.002045/2024-73**, RESOLVE registrar o preço ofertado da empresa **R M LANZA DOS SANTOS COMERCIO** inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 21.767.486/0001-68**, estabelecida à Rua Caiçara, nº 93, Bairro Vapabucu, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, CEP nº 35.701-157, neste ato, representada por sua sócia proprietária, a Senhora **Rosilene Maria Lanza dos Santos**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, a serem distribuídos aos estudantes da educação básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG, conforme Termo de Referência, anexo ao edital de Licitação nº 90018/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
5	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	354	R\$ 45,33	R\$ 16.046,82

6	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	67840	R\$ 3,49	R\$ 236.761,60
7	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	33920	R\$ 3,46	R\$ 117.363,20
8	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	678	R\$ 66,56	R\$ 45.127,68
13	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	334	R\$ 45,33	R\$ 15.140,22
14	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	64128	R\$ 3,49	R\$ 223.806,72
15	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	32064	R\$ 3,46	R\$ 110.941,44
16	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	642	R\$ 66,56	R\$ 42.731,52
21	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	132	R\$ 45,33	R\$ 5.983,56
22	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	25472	R\$ 3,49	R\$ 88.897,28
23	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	12736	R\$ 3,46	R\$ 44.066,56
24	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	254	R\$ 66,56	R\$ 16.906,24
29	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	256	R\$ 45,33	R\$ 11.604,48
30	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR	49024	R\$ 3,49	R\$ 171.093,76

	SEM			
31	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	24512	R\$ 3,46	R\$ 84.811,52
32	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	490	R\$ 66,56	R\$ 32.614,40
37	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	322	R\$ 45,33	R\$ 14.596,26
38	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	61824	R\$ 3,49	R\$ 215.765,76
39	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	30912	R\$ 3,46	R\$ 106.955,52
40	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	618	R\$ 66,56	R\$ 41.134,08
45	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	372	R\$ 45,33	R\$ 16.862,76
46	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	71552	R\$ 3,49	R\$ 249.716,48
47	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	35776	R\$ 3,46	R\$ 123.784,96
48	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	716	R\$ 66,56	R\$ 47.656,96
53	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	170	R\$ 45,33	R\$ 7.706,10
54	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	32768	R\$ 3,49	R\$ 114.360,32

55	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	16384	R\$ 3,46	R\$ 56.688,64
56	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	328	R\$ 66,56	R\$ 21.831,68
61	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	232	R\$ 45,33	R\$ 10.516,56
62	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	44544	R\$ 3,49	R\$ 155.458,56
63	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	22272	R\$ 3,46	R\$ 77.061,12
64	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	446	R\$ 66,56	R\$ 29.685,76
69	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	48	R\$ 45,33	R\$ 2.175,84
70	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	9088	R\$ 3,49	R\$ 31.717,12
71	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	4544	R\$ 3,46	R\$ 15.722,24
72	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	90	R\$ 66,56	R\$ 5.990,40
77	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	866	R\$ 45,33	R\$ 39.255,78
78	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	166272	R\$ 3,49	R\$ 580.289,28
79	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	83136	R\$ 3,46	R\$ 287.650,56

80	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	1662	R\$ 66,56	R\$ 110.622,72
85	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	470	R\$ 45,33	R\$ 21.305,10
86	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	22528	R\$ 3,49	R\$ 78.622,72
87	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	11264	R\$ 3,46	R\$ 38.973,44
88	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	226	R\$ 66,56	R\$ 15.042,56
93	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	416	R\$ 45,33	R\$ 18.857,28
94	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	80000	R\$ 3,49	R\$ 279.200,00
95	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	40000	R\$ 3,46	R\$ 138.400,00
96	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	800	R\$ 66,56	R\$ 53.248,00
101	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	188	R\$ 45,33	R\$ 8.522,04
102	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	36096	R\$ 3,49	R\$ 125.975,04
103	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	18048	R\$ 3,46	R\$ 62.446,08

104	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	360	R\$ 66,56	R\$ 23.961,60
109	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	568	R\$ 45,33	R\$ 25.747,44
110	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	27264	R\$ 3,49	R\$ 95.151,36
111	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	13632	R\$ 3,46	R\$ 47.166,72
112	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	272	R\$ 66,56	R\$ 18.104,32
117	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	234	R\$ 45,33	R\$ 10.607,22
118	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	44800	R\$ 3,49	R\$ 156.352,00
119	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	22400	R\$ 3,46	R\$ 77.504,00
120	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	448	R\$ 66,56	R\$ 29.818,88
125	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	158	R\$ 45,33	R\$ 7.162,14
126	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	30464	R\$ 3,49	R\$ 106.319,36
127	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	15232	R\$ 3,46	R\$ 52.702,72
128	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	304	R\$ 66,56	R\$ 20.234,24

133	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	200	R\$ 45,33	R\$ 9.066,00
134	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	38272	R\$ 3,49	R\$ 133.569,28
135	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	19136	R\$ 3,46	R\$ 66.210,56
136	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	382	R\$ 66,56	R\$ 25.425,92
141	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	470	R\$ 45,33	R\$ 21.305,10
142	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	22528	R\$ 3,49	R\$ 78.622,72
143	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	11264	R\$ 3,46	R\$ 38.973,44
144	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	226	R\$ 66,56	R\$ 15.042,56
149	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	470	R\$ 45,33	R\$ 21.305,10
150	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	22528	R\$ 3,49	R\$ 78.622,72
151	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	11264	R\$ 3,46	R\$ 38.973,44
152	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	226	R\$ 66,56	R\$ 15.042,56

157	FRUTA, TIPO BANANA, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA/ SECA	470	R\$ 45,33	R\$ 21.305,10
158	IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM	22528	R\$ 3,49	R\$ 78.622,72
159	BARRA NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FLOCOS DE	11264	R\$ 3,46	R\$ 38.973,44
160	MEL ABELHA, TIPO MELÍFERAS, TIPO FLORADA PREDOMINA	226	R\$ 66,56	R\$ 15.042,56
VALOR TOTAL:				R\$ 5.834.629,94

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de

reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de

classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Contrato e disponibilizado por meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme Portaria nº 1151 de 27 de setembro de 2017 do IFMG e respeitando o Decreto Presidencial nº 8539 de 8 de outubro de 2015, ao qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **ROSILENE MARIA LANZA DOS SANTOS**, Representante legal da empresa, em 27/09/2024, às 11:13, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Pelegrini Honorato Proença**, Pró-Reitor(a) de Administração e Planejamento, em 29/09/2024, às 16:56, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto de Paula, Reitor(a) Substituto(a), em exercício da Reitoria**, em 30/09/2024, às 17:05, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2022639** e o código CRC **F45E1B35**.

23208.003516/2024-61

2022639v1